



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008189-13.2014.8.26.0566**  
Classe - Assunto **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
Impetrante: **JEFFERSON BELO DE ANDRADE**  
Impetrado: **Diretora Técnica da 26ª Circunscrição Regional de Trânsito de São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **JEFFERSON BELO DE ANDRADE** contra ato da **Diretora Técnica da 26ª Ciretran de São Carlos**, figurando como ente público interessado o **Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN**.

Aduz o impetrante que ao tentar renovar seu documento de habilitação foi informado que o sistema estaria bloqueado por ato da autoridade coatora, tendo sido penalizado antecipadamente, sem que tivesse ocorrido o trânsito e julgado na esfera administrativa, com violação ao contraditório.

Liminar concedida em fls. 18/19.

O ente público interessado, Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN, requereu sua admissão como assistente litisconsorcial (fl. 27).

A autoridade coatora prestou informações em fls. 29/37, dizendo que o impetrante só obteve a CNH definitiva por força de liminar em outro Mandado de Segurança e que consta que efetuou pagamento de multa em 06/07/12, não podendo alegar desconhecimento da infração, tendo apresentado defesa da portaria de suspensão, que foi indeferido, sendo apenado com 12 meses de suspensão, tendo sua procuradora tomado ciência em 05/09/14. Finaliza dizendo que deu cumprimento à liminar.

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fl. 41).

**1008189-13.2014.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

O julgamento foi convertido em diligência para determinar ao impetrante que comprovasse nos autos a interposição de recurso, tempestivamente, junto à JARI (fls. 44).

Houve o decurso "in albis" do prazo para manifestação do impetrante (fls. 46).

**É o relatório.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

Inviável o acolhimento do mandado de segurança.

Sabe-se que, no que concerne às penalidades de trânsito, existem três níveis administrativos: a) Ciretran; b) JARI; c) CETRAN. Há prazos, como em qualquer procedimento administrativo, que devem ser obedecidos.

Intimado para comprovar a observância desses prazos, notadamente no que diz respeito à interposição de recurso junto à JARI, quedou-se silente o impetrante, sendo de se presumir que foi esgotada a via administrativa.

Assim, encontram-se preenchidos todos os requisitos legais para a validade do ato administrativo praticado pela autoridade coatora, em relação ao qual prevalece a presunção de legitimidade.

Desta forma, o impetrante não possui direito líquido e certo.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido e **DENEGO** a segurança, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC.

Custas pelo impetrante.

Revogo a liminar. Dê-se ciência à autoridade coatora.

Como consequência do aqui decidido, o impetrado deve entregar a sua CNH na CIRETRAN.

Inexiste condenação em verba honorária, nos termos do artigo 25 da Lei 12.016/09.

**P.R.Int.**

São Carlos, 27 de fevereiro de 2015.